

EDIÇÃO, PRESCRIÇÃO E LEITURAS NA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Alexandre Pianelli
GODOY

 alexandre.godoy@unifesp.br

Universidade Federal
de São Paulo (UNIFESP).
Guarulhos, SP, Brasil.

Editing, Prescription, and Readings in the
History of Teacher Training

Resenha de:

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 424 p.

Do muito ou pouco que lemos sobre determinado assunto, sempre somos influenciados por uma biblioteca real ou imaginária que nos precedeu, o que vale para os livros que nunca lemos e que também fazem parte de nossa estante intelectual. Jorge Luis Borges (1899-1986) talvez seja o escritor que mais se debruçou sobre o tema das influências, das tradições e das traduções de leituras transformadas em metáforas da “babel literária” (PINTO, 1998). Tal assunto não é novidade para quem estuda a história das edições, dos livros, da leitura e dos leitores ou para quem lê com frequência a literatura de ficção, mas é absolutamente novo em determinadas prescrições de sala de aula para a formação de professores e de suas práticas, que ecoam leituras efetivamente realizadas ou meramente “copiadas” pela memória e pela imaginação.

Ler e não se lembrar de ter lido ou não ter lido e citar de cor um trecho de uma obra é prática frequente na cozinha imaginária do leitor, esse insaciável comedor de palavras e digestor de sentidos que alteram o “belo prato” oferecido por autores, editores, capistas, diagramadores, ilustradores e todos aqueles que participam da cadeia de produção de um livro ou de um impresso como mercadoria rentável ou produto refinado por justificativas ideológicas para sua existência e perenidade. Por isso, interpretar a historicidade de uma coleção de leituras é sempre um desafio para poucos estudiosos.

O livro de Maria Rita de Almeida Toledo – *Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)* –, publicado e ricamente impresso pela Editora da Universidade de São Paulo (2020), nos conta a longa história dessa coleção voltada à formação de professores e especialistas em educação que circulou durante 50 anos no Brasil. É uma obra que nos ensina a ler os livros como documentos e a ler o conjunto desses livros como uma “coleção” que prescreveu práticas pedagógicas não percebidas pela historiografia e por inúmeros professores-leitores. Nesse sentido, é recomendado não somente para os historiadores das edições, do livro ou da leitura, mas para todos aqueles que atuam em sala de aula como formadores de professores, professores em formação e estudiosos da educação.

A primeira parte da obra de Toledo trata do nascimento, do repertório editorial e visual e do aparelho crítico da coleção e a segunda parte aborda as mudanças de seu projeto político na fase “Fernando de Azevedo” (1931-1950) para seu projeto editorial na fase “Damasco Penna” (1951-1981), descortinando as leituras que foram naturalizadas pela historiografia e na formação de professores.

Compreende-se que as leituras foram naturalizadas pela historiografia porque parecem não fazer parte da formação de uma geração de historiadores e intelectuais que estudaram em escolas, faculdades, institutos, centros de educação e universidades cujas práticas ou mesmo o desprezo pela educação em nome da pesquisa foram forjadas pela leitura da coleção. Esquecem-se os historiadores de que seus próprios professores tiveram seus mestres e que se formaram com base em uma rede de leituras e em suas influências e interferências, todavia se olvidam também do que aprenderam na escola ou do que desaprenderam na universidade quando se tornaram “eruditos da escrita da história”. Assim se faz tábula rasa do leitor-aprendiz tão logo nos tornamos leitores mais experientes ou especializados.

Os professores-leitores do ensino básico se esquecem igualmente de que seus professores da universidade, da escola normal, dos cursos de pedagogia, do magistério e das licenciaturas plenas ou curtas foram formados por outros que liam muitos dos títulos da *Coleção atualidades pedagógicas*, ou que ao menos “fingiam” ter lido seus autores, os quais citam como referência da “boa qualidade” do ensino escolar ou universitário do passado, na velha fórmula saudosista que tanto desagrada os historiadores profissionais quando um neófito faz comparações indevidas entre as épocas.

A tarefa de fazer a história dos livros e de uma coleção voltada à formação de professores não é fácil, pois é preciso enfrentar esses esquecimentos com a precisão de um bibliófilo, com o planejamento de um editor e com o faro de um historiador a fim de que se encontre “carne humana”, na “metáfora ogra” de Marc Bloch, em amontoados de papel cartão, relatórios de impressão, propagandas, catálogos, memórias e correspondências entre autores, editores e tradutores, usados como fontes primárias, e em um circuito bibliográfico entre intelectuais e seus impressos, usados como fontes secundárias.

Maria Rita de Almeida Toledo somente pôde enfrentar esse desafio porque faz parte de uma geração de historiadores e professores que inauguraram uma nova forma de conceber e fazer a história da educação e de suas relações com a história cultural a partir dos anos 1990 no Brasil. O principal enfrentamento se relaciona com a própria coleção que estuda, uma vez que seu principal diretor, Fernando de Azevedo (1894-1974), é até hoje tomado como parâmetro para a escrita da história da educação no Brasil, seja na reprodução dos seus esquemas de interpretação que não são percebidos ou assumidos por quem os utiliza, seja na desconstrução de sua matriz narrativa, da qual a autora pode ser considerada uma das precursoras.

O livro em questão não aborda propriamente a desconstrução dessa *matriz azevediana* de pensamento – porquanto tal trabalho já havia sido realizado na dissertação de mestrado e em inúmeros artigos de Toledo sobre o tema¹ –, mas incide no modo como interpreta e materializa a constituição da coleção por meio da mobilização de autores, dos títulos, das imagens das capas dos livros, dos tradutores, dos intelectuais e das instituições selecionados e que se relacionavam com Fernando de Azevedo em sua “operação historiográfica” (CERTEAU, 2000), formada por suas convicções políticas, pedagógicas e por suas redes de sociabilidade intelectuais, institucionais e editoriais.

O prefácio do livro é feito por Marta Maria Chagas de Carvalho, que foi a orientadora da pesquisa e uma das responsáveis por abrir a seara da história cultural da educação no

Brasil nos anos 1990, baseada nos estudos da materialidade dos impressos, das edições e das leituras (CHARTIER, 1992), de modo a captar, pelo “sentido das formas” (CERTEAU, 1994), a configuração dos saberes pedagógicos voltados à formação de professores e a constituição do campo educacional em nosso país, que também são os eixos teórico-metodológicos da pesquisa. A autora nos lembra que a edição da *Coleção atualidades pedagógicas* fazia parte de um amplo programa político de Fernando de Azevedo e dos intelectuais de sua geração dos anos 1920 e 1930: de “reforma da sociedade pela reforma da escola” (CARVALHO, 2020, p. 14). Evidentemente, a renovação passava pela luta para inserir os preceitos da pedagogia da Escola Nova no Brasil – que se internacionalizava naquele momento e no contexto das reformas educacionais ocorridas nas grandes capitais do país por meio desse grupo de intelectuais, o qual se autointitulava “renovadores da educação” –, bem como por uma disputa pelo mercado editorial na formação de professores para prescrever uma “mudança de mentalidade” (CARVALHO, 2020, p. 15).

A mudança residia em difundir as novas “ciências da educação”, que dariam respaldo à ação do formador de professores primários, dos próprios professores primários e de todo o corpo administrativo das escolas por meio da psicologia, da sociologia, da biologia, da educação, da higiene e didática escolar e, em menor medida, da administração escolar, da filosofia e da história da educação, ou seja, uma modificação em toda a cultura escolar, a qual deveria abandonar os métodos de memorização de conteúdos, os valores cristãos e a verborragia das aulas expositivas para se tornar laica e racional por meio de métodos ativos de ensino e aprendizagem mais efetivos, ancorados nos interesses dos alunos, o que também implicava reorganização dos espaços e dos tempos escolares.

Aliás, a história da educação era considerada na época uma “ciência auxiliar” da educação e não uma especialidade da história, prestando-se a fornecer datas, personagens e episódios moralizadores da nação e refletindo o modo como Fernando de Azevedo a hierarquizou e a subalternizou em relação à sua perspectiva sociológica de base durkheimiana e como concebeu o processo histórico brasileiro em termos de “modernidade” e “novidade” em oposição ao “tradicional” e ao “velho” (CARVALHO, 2003). Tais premissas serviram como ponto de inflexão para a construção de sua narrativa histórica (TOLEDO, 1995), que seccionava o “atraso” colonial do passado do “progresso” da nação no presente, elegendo a si próprio e ao seu grupo como “renovadores da educação” e “pioneiros” nos anos 1920 e 1930 e no Estado Novo dos anos 1940.

Tal é a força motriz da *matriz azevediana* na história da educação que não se fez apenas pelos esforços retóricos da escrita de Fernando de Azevedo, mas por uma rede de compadrios de intelectuais-amigos, editores-empresários, jornalistas, autores e tradutores de renome ou de novos acadêmicos sedentos por visibilidade no campo e que puderam materializar seu projeto político por meio da *Coleção atualidades pedagógicas*, principalmente na fase em que assumiu sua direção, de 1931 a 1946. Entretanto, não podemos menosprezar seu peso intelectual na construção dessa teia de livros pela qual conseguiu capturar gerações de professores, formadores de professores e universidades, em especial a Universidade de São Paulo (USP), a qual ajudou a fundar.

Não é menos surpreendente pensarmos na própria historicidade das coleções como objeto de estudo – que não vem sendo contemplado na história das edições, dos livros e da leitura – e, sobretudo, na bibliografia para a formação de educadores, pois envolve grande redução de custos para as editoras e barateamento na aquisição dos livros, assim como permite prescrever com maior praticidade modos de ler, usar e de selecionar autores, tradutores e assuntos como estratégia editorial, legitimando seu valor de troca por meio de seu valor de uso para os professores-leitores.

A Companhia Editora Nacional (CEN) foi pródiga ao editar sua “Biblioteca Pedagógica Brasileira” (BPB) e também outras coleções científicas, médicas e jurídicas, uma vez que mostrava o campo de profissionalização da indústria editorial do livro no Brasil e sua transformação em mercadoria no final dos anos 1920 e início dos anos 1930 pela habilidade de Monteiro Lobato em distribuir, modificar o padrão gráfico e visual dos livros, entrar na política de importação de papéis, investir em propagandas e tornar os autores e editores conhecidos, referenciáveis e “indispensáveis”.

No entanto, a pesquisa de Maria Rita de Almeida Toledo desnaturaliza qualquer pretensão de conceber os livros, os editores, os tradutores e os autores e suas zonas de influência e interferência no campo educacional como produto da genialidade das ideias ou das práticas excepcionais deste ou daquele sujeito que fugiriam aos limites do seu tempo, pois os coloca em uma rede de intertextualidade, documentação e interpretação que rompe a ilusão de termos feito escolhas atávicas visibilizadas nas lombadas de nossas bibliotecas reais ou imaginárias.

Dessa forma, nem Fernando de Azevedo como diretor, Monteiro Lobato como editor ou Octalles Marcondes Ferreira como dono da editora dariam conta de explicar a longevidade da *Coleção atualidades pedagógicas*, que fazia parte da terceira série ou coleção da “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, composta por outros títulos, autores e assuntos: a primeira de literatura infantil, a segunda de livros didáticos, a terceira de pedagogia, a quarta de iniciação científica e a quinta de documentos e historiografia do Brasil, a renomada “Brasiliana”. O amplo programa editorial estava relacionado com a especialização, a formação e a profissionalização dos professores-leitores na época de expansão do ensino primário nos anos 1930 e do ensino secundário entre os anos 1940 e 1950, sobretudo no Estado de São Paulo, e ainda com uma proposta cívica e pedagógica de modernizar a nação e retirá-la do “atraso” por meio de “renovação” pela “cultura geral, sociológica e científica” (TOLEDO, 2020, p. 100).

Como em história tudo muda, padece e fenece, os caminhos da coleção foram alterados quando Fernando de Azevedo deixou sua direção no ano de 1946 e seu projeto político e os de sua geração de “renovadores” adquiriram outros propósitos com a entrada de João Batista Damasco Penna (1910-1990), novo diretor entre os anos 1950 até a extinção da coleção no início dos anos 1980. A segunda fase foi marcada pelo esmaecimento político da coleção e o crescimento de uma visão editorial conciliatória e hegemônica sobre o campo educacional, que já estava plenamente consolidado no Brasil, mais mercadológica e menos comprometida com os rumos da nação. Todo esse percurso foi documentado pela autora por meio do repertório editorial, da identidade visual e da minuciosa interpretação de indícios finos da coleção e de seu “aparelho crítico”, outra inovação da pesquisa, isto é, das páginas de rosto, das orelhas, dos índices, das notas de tradução, das lombadas, das bibliografias, etc.

O esmero da pesquisadora – que se reflete num texto bem escrito, claro e coeso – também pode ser observado no cuidadoso levantamento e na organização de imagens que tornam visível o aparelho crítico da coleção, bem como em tabelas e gráficos sobre as primeiras edições dos livros, a distribuição da produção, a origem dos textos por idioma, os campos do conhecimento, as tiragens, os tradutores, as edições e reimpressões e os textos publicados em coedição da coleção. Tudo isso informa ao leitor da mudança no ritmo de produção e nas estratégias dos editores em cada uma de suas fases no tempo. Os levantamentos alocados nos apêndices constituem o próprio aparelho crítico do livro e são utilizados para fundamentar as interpretações das fontes e jamais como uma forma de constatação de que números frios substituem a acurácia do pesquisador em lhes atribuir

significados densos e correlacionados ao problema em estudo, evitando o risco de ilusão neopositivista do elemento quantitativo em que incorrem muitos trabalhos da história do livro e das edições.

A edição da obra pela Edusp favorece o trabalho do leitor em sua apropriação, pois o miolo e o formato do livro nos convidam a preencher suas margens e, no ir e vir necessário entre o texto principal e os apêndices, acompanhar o movimento de interpretação histórica da autora.

A “despolitização da coleção” a partir da fase “Damasco Penna”, sobretudo entre os anos 1960 e 1970, foi acompanhada não somente por uma linha editorial de coedições, em especial com a Edusp, mas pelo aumento de reimpressões, traduções e capas sóbrias, bem como pelo investimento em manuais de “ciências da educação” mais fáceis e acessíveis, o que descaracterizou o tom belicoso, modernizante, nacionalista, elitista e inovador da fase “Fernando de Azevedo”. Entretanto, fica aqui uma pergunta não respondida, porém suscitada pela obra: o esmaecimento político não era um remédio que se tornou o veneno da hegemonia do campo pedagógico como “ciência”, esvaziando seus modelos e as finalidades educativas das disciplinas escolares no Brasil dos anos 1970?

Uma questão da qual ousamos discordar da autora é que ela não teria documentado ou alcançado os leitores reais ou empíricos da coleção e seus modos de ler ou de usar os impressos que enviasavam as prescrições da edição. Todavia, esses autores, editores, diretores e tradutores da coleção não eram leitores situados no seu tempo? É claro que se pode argumentar que são “leitores-fontes” que detinham poder sobre o impresso não disponível para o leitor-empírico da coleção, contudo, ao imaginar seus leitores e impor modos de leitura e de usos do impresso, criaram inúmeras “brechas de incoerência” para outras leituras que escapavam de suas pretensões totalizantes.

O mérito do livro é o de ampliar esse significado histórico de leituras, leitores e “e-leitores” para além das “tecnicidades editoriais” que os enfeixam na própria coleção *Memória editorial* da Edusp – como nos alerta Kazumi Munakata na orelha do livro – e que podem limitar sua real importância para a história da educação no Brasil. Nesse sentido, é um livro que deve e pode ser lido na perspectiva da formação de professores e dos diversos sujeitos que estiveram envolvidos na produção, na circulação e nos usos da *Coleção atualidades pedagógicas*, os quais, com grande dose de visão mercadológica, memória e imaginação, construíram e transformaram seu projeto político em seu projeto editorial.

Referências

CARVALHO, M. M. C. O novo, o velho, o perigoso: relendo a Cultura Brasileira. In: CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 227-239.

CARVALHO, M. M. C. Prefácio. In: TOLEDO, M. R. A. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. Textos, impressões, leituras. In: LYNN, H. (org.). *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.

PINTO, J. P. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

TOLEDO, M. R. A. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

TOLEDO, M. R. A. Política editorial de traduções: John Dewey na Coleção Cultura, sociedade e educação, dirigida por Anísio Teixeira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, p. 1-16, 2018.

TOLEDO, M. R. A.; CARVALHO, M. A tradução de John Dewey na coleção autoral Biblioteca da Educação. *Educação & Sociedade* (Impresso), São Paulo, v. 38, p. 999-1015, 2017.

TOLEDO, M. R. A. Geografia cultural da Companhia Editora Nacional: fontes para a análise da Coleção Cultura, Sociedade e Educação (1966-1971). *Revista de Fontes*, São Paulo, v. 3, p. 41-59, 2015.

TOLEDO, M. R. A. Traduções culturais do livro Como Pensamos, da Coleção Atualidades Pedagógicas (1933-1981). *História da Educação*, São Paulo, v. 17, p. 57-78, 2013.

TOLEDO, M. R. A.; CARVALHO, M. M. C. Print Capitalism, New School and circulation of reading models: a brazilian collection at the Primary Education Museum-Library in Portugal (1931-1950). *Paedagogica Historica* (Imprimé), v. 47, p. 639-656, 2011.

TOLEDO, M. R. A.; BONTEMPI JÚNIOR, B.; NASCIMENTO, J. C. Fernando de Azevedo: leituras de rodapé. *Revista do Mestrado em Educação*, Aracaju, v. 6, n.1, p. 7-44, 2004.

TOLEDO, M. R. A. Os livros de educação e o mercado editorial dos anos 20 e 30. *Revista do Mestrado em Educação*, São Cristóvão, RJ, v. 4, p. 7-24, 2002.

TOLEDO, M. R. A.; CARVALHO, M. M. C. Reforma escolar, pedagogia da Escola Nova e usos do impresso. *Contemporaneidade e educação*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 71-92, 2000.

TOLEDO, M. R. A. *Fernando de Azevedo e A cultura brasileira ou as venturas e desventuras do criador e da criatura*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade (PPGEHPS), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Notas

¹ Além de sua dissertação de mestrado intitulada *Fernando de Azevedo e a cultura brasileira ou as venturas e desventuras do criador e da criatura* (1995) e da tese de doutorado (2001), que resultou neste livro (2020), na bibliografia final da resenha, destacamos os artigos que compõem sua obra de reflexão sobre o tema em sua longa trajetória como pesquisadora da história da educação, articulados aos temas da história das edições (2018), dos livros (2002), das traduções (2017) e das leituras (2004) que envolvem essa (2013) e outras coleções (2015), impressos pedagógicos (2011) e escolares como fontes históricas (2000). Igualmente, ressaltamos a trajetória de Toledo como formadora de pesquisadores, orientadora de teses e dissertações durante seus anos de docência no Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, atualmente, como professora livre-docente e formadora de professores do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) da graduação e da pós-graduação dos mestrados acadêmico e profissional da instituição.

Alexandre Pianelli Godoy possui bacharelado (1998), licenciatura plena (2001), mestrado (2000) e doutorado (2005) em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É professor Associado II da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Departamento de História – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), *Campus* Guarulhos. Tem experiência na área de ensino de história, formação de professores de história, história da educação, educação patrimonial, história, ficção e leitura (teatro, cinema e imprensa), modernidade e história. Foi vice coordenador do curso de graduação em História entre 2013-2015, coordenou o curso de Licenciatura e foi vice coordenador do curso de Bacharelado em História entre 2018-2020. Atua na graduação do curso de História como formador de professores de história e no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA – Núcleo UNIFESP).